

DESTAQUES DO PORTAL A TARDE



Arquivo / Funarte

📖 Livro resgata trajetória da cantora Clementina de Jesus
atarde.com.br/cultura

📖 Mitos e verdades sobre a vacina contra a febre amarela
www.atarde.com.br/brasil

www.atarde.com.br
71 3340-8991
(Cidadão Reporter)
71 99601-0020
(WhatsApp)

EDITORIAL Custos da violência

Graças a uma greve da Polícia Militar, a população de Vitória (ES) passou, nos últimos dias, por momentos de verdadeiro terror. A ausência do policiamento ostensivo deixou a capital capixaba inteiramente à mercê de bandidos armados. Poucas semanas antes, a violência também foi manchete dos meios de comunicação com os assassinatos bárbaros de presos em penitenciárias do Norte do Brasil.

Nas ruas de Salvador, mesmo não se chegando aos níveis dos dois exemplos acima citados, a população também vive um sentimento de insegurança, distante dos dias em que era possível sair com

tranquilidade à noite para passear com a família, ir ao cinema, ao teatro ou a algum restaurante. Os bandidos estão a cada dia mais ousados e agressivos, como se pode depreender do episódio da morte

O governo brasileiro não pode mais considerar que ocorrências que se reproduzem pelo País são casos isolados

de três seguranças pouco antes de um show artístico no Estádio de Pituacú.

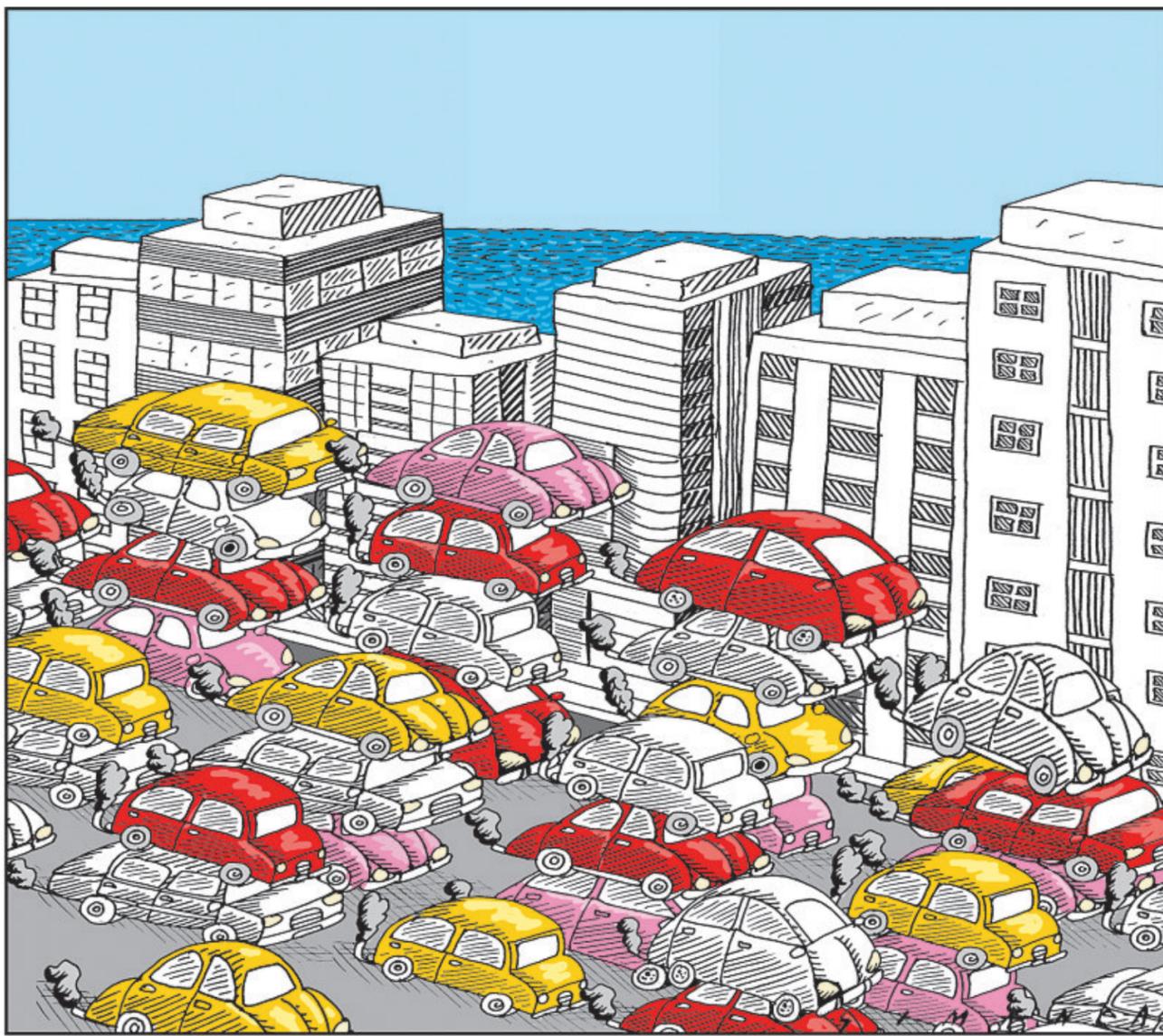
O governo brasileiro não pode mais considerar que ocorrências como as acima citadas, e que se reproduzem em quase todas as cidades do País, são casos isolados, que devem ser cuidados pelos governos estaduais. Até porque, além da perda de vidas humanas, a violência custa muito caro à economia do País.

Estudo feito por pesquisadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostra que só em 2014 a violência custou R\$ 258 bilhões (3,14% do PIB, que é o valor dos bens e serviços produzidos no País), dinheiro que os brasileiros gastam

com segurança particular, na tentativa de se proteger ou proteger os seus bens. Tais despesas, segundo o estudo, correspondem a apenas 48% do custo total da criminalidade.

Ante tantas tragédias, que estão vitimando principalmente a população jovem, está claro que já passou da hora de deixar de tratar a questão da violência apenas como um fato policial, começar a desenvolver estudos capazes de chegar às raízes do problema e estabelecer-se uma política de segurança que inclua os componentes sócio-econômicos que contribuem para o aumento constante do crime no Brasil.

SIMANCA



Novo modelo para Saúde Suplementar

Marcelo Moncôrvo Britto

Médico, presidente da Federação Baiana de Saúde (Febase) e vice-presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNS)

Mais de duas milhões de pessoas deixaram a Saúde Suplementar em menos de dois anos, segundo dados de dezembro de 2016 da Agência Nacional de Saúde. Empresas cancelaram seus planos de saúde ou os trocaram por planos mais restritivos e de eficácia duvidosa.

Colaboradores são desligados e, apesar do direito de permanecer com seu plano, não possuem recursos para pagá-lo. Resultado: consultórios vazios, leitos sobrando, recursos diagnósticos ociosos e maior sobrecarga do SUS.

Não é possível um plano de saúde custar tanto. Uma família sadia, constando marido e esposa com 49 e 48 anos e dois filhos com 24 e 22, portadores de um seguro individual, pagando mais de R\$ 3 mil é inadmissível. As operadoras alegam estar com um custo na assistência muito alto. Os hospitais, clínicas, laboratórios, médicos e demais profissionais do setor alegam receber pouco, com muito atraso, glosa e excessiva burocracia.

O que está acontecendo com esse mercado, onde a maioria dos atores não se entende? Um mercado que responde por 9,6% do PIB nacional não pode ser relegado a segundo plano. Isso sem contar sua relevância na vida das pessoas. Respondemos tanto pela saúde como pela doença dos brasileiros. Permitir a míngua da Saúde Suplementar seria condenar os usuários do SUS. Os pacientes da rede privada têm acesso à classe política, autoridades governamentais, médicos e a outros profissionais da saúde. E, se tudo falhar, acesso à Justiça, obtendo, assim, uma porta diferenciada de acesso. Como a disponibilidade do SUS (ou a falta dela) é de conhecimento público, esta estaria ainda mais comprometida por aqueles que acessam de forma diferenciada os serviços e que hoje utilizam pouco o sistema público.

O modelo atual não alinha interesses entre usuários, operadoras e prestadores de serviços. Pelo contrário, gera uma disputa pelo recurso do usuário. Quanto maior a utilização, mais ganha o prestador e perde a operadora. Quanto menor a utilização, mais perde o prestador e ganha a operadora. Um paradoxo. Este modelo praticado no Brasil (e na maior parte do mundo) está quebrando o sistema.

O brasileiro médio está pagando esta conta (ou não está pagando mais!). Precisamos mudar o modelo e construir outro, permitindo que os interesses das partes sejam convergentes. Sem que para um ganhar, outro tenha que perder. Onde a saúde do usuário esteja do primeiro ao último lugar. Onde operadora e prestador percam juntos quando a saúde der lugar à doença; e ganhem também juntos quando a doença der lugar à saúde.

Utopia? Não. Vamos propor um modelo que permita este objetivo. Manter nossas mentes abertas é premissa. A novidade chegará e poderá ser a salvação da Saúde Suplementar. Não temos mais para onde ir.

Fale a eles sobre o sonho, Martin! (Parte I)

Anhamona de Brito

Advogada e ativista de Direitos Humanos, prof. Colegiado de Direito da Uneb, doutoranda em Difusão do Conhecimento pela UFBA

Com esta frase, em 1963, a cantora gospel Mahalia Jackson estimulou o discurso histórico de Martin Luther King Jr., coroando a Marcha sobre Washington. Na essência deste “sonho”, compartilhado por centenas de milhares de pessoas em todo o globo, estava a derrubada dos pilares de uma sociedade segregada e violenta, que rebaixava os negros a condições restritivas de direitos e oportunidades.

Meses antes, Martin Luther King fora preso no Estado do Alabama, nos Estados Unidos, acusado de incutir desordem pública em Birmingham, através de manifestações pacíficas e boicotes ao comércio local racista. Na cadeia, Dr. King escreveu uma carta com reflexões sobre legalidade, justiça e a questão racial que, fazendo paralelo

com a cena carcerária brasileira, traz elementos para mudança de rumos. Alguns de seus trechos estão aspeados neste artigo.

As recentes rebeliões no Brasil, com mortes de centenas de pessoas sob custódia do Estado, deveriam direcionar nosso olhar para além da repressão e do encarceramento em massa. Segundo dados oficiais, superamos o número de 662 mil pessoas presas e, no sentido oposto à reversão do fenômeno, a sociedade ainda “trata meramente dos efeitos e não ataca as causas subjacentes”.

Esta política do aprisionamento é uma versão renovada das medidas segregacionistas do século passado. É óbvio que violência e criminalidade não começam no tráfico de drogas, mas nos reduzidos direitos e nas escassas – quando não inexistentes – oportunidades a negros pobres, ampliando-se desigualdades e opressões que têm como fundamento o racismo estruturante. Trata-se da “rede inescapável de mutualidade”, na qual o que age “sobre alguém diretamente, age sobre todos indiretamente”.

Nosso sistema carcerário é um barril de pólvora, impactando em quem está (ou será) preso, através do esvaziamento sistemático de sua humanidade. Os poderes públicos, coniventes, retardam as medidas eficazes, talvez porque “seja fácil àqueles que nunca sentiram os dardos perfurantes da segregação dizer ‘espere’”. Mas quando você vê bandos perversos lincharem suas mães e pais; policiais cheios de ódio matarem seus irmãos negros; ou vê-los sufocando na pobreza em meio a uma sociedade de abundância, rapidamente entenderá porque é difícil esperar”.

Para Dr. King, “lei e ordem existem para estabelecer justiça e, quando fracassam, tornam-se represas estruturadas perigosamente que bloqueiam o curso do progresso”. Como duvidar que nossa gestão carcerária cumpre este papel, beneficiando a indústria das prisões que controla as esferas de poder?

O aumento de conflitos é um revide à paz negativa: sem tensão apesar da injustiça. E a “injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todos os lugares”.